

ANEXO I

Projeto de Lei nº

Dispõe sobre o regime de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e dá outras providências.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - As concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, precedidas ou não da execução de obras públicas, reger-se-ão pelos termos do artigo 175 da Constituição Federal, por esta lei, pelas normas legais pertinentes, pelo edital de licitação e pelas cláusulas dos respectivos contratos.

Artigo 2º - Antecipadamente, ao início do processo licitatório, o poder concedente fará publicar lei específica sobre a concessão, definindo objeto, área e forma da prestação dos serviços, prazo contratual e condições para sua prorrogação.

Artigo 3º - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

I. Poder Concedente:

- o município, quando se tratar de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de interesse supralocal.

- o estado e o Distrito Federal, quando se tratar de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de

interesse supralocal.

II. Concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: é a delegação de sua operação, manutenção, expansão e comercialização, precedida ou não de execução de obras necessárias à prestação dos serviços, feita pelo poder concedente, mediante licitação pública, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, remunerada basicamente pela cobrança de tarifa dos usuários.

III. Serviços públicos de abastecimento de água: compreendem a captação de água bruta, tratamento, adução, reservação e distribuição de água tratada.

IV. Serviços públicos de esgotamento sanitário: compreendem a coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos.

Artigo 4º - As concessões estarão sujeitas à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação dos serviços, com a cooperação dos usuários.

Artigo 5º - O poder concedente colocará à disposição dos licitantes o cadastros técnicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes, bem como as informações, os estudos, os levantamentos e os projetos de que dispuser, vinculados ao objeto da concessão.

Capítulo II

Do Serviço Adequado

Artigo 6º - Toda concessão de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário pressupõe a prestação de serviço ade-

quando ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

Parágrafo 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Parágrafo 2º - A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários.

Parágrafo 3º - O poder concedente estabelecerá as normas, critérios e procedimentos técnicos para a adequada prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, referentes aos seguintes itens:

I - Qualidade dos produtos: definir os indicadores de regularidade no fornecimento dos serviços, os índices de cobertura, os indicadores e os parâmetros de controle da qualidade da água bruta, da água tratada e da água de redes de distribuição, do efluente coletado e do efluente tratado e dos efluentes industriais; os procedimentos e a periodicidade das coletas de amostras e das análises laboratoriais, rotinas de limpeza e desinfecção de linhas, bem como o formato e a periodicidade dos relatórios específicos.

II - Operação e manutenção: estabelecer prazos para reparos de vazamentos e indicadores de pressão máxima e mínima admissível em linhas de abastecimento de água; prazos para reparos de vazamentos e desobstruções de condutos de esgotos; programas de manutenção preventiva de instalações e equipamentos, procedimentos em situações de emergência (interrupção de abastecimento, refluxo de esgotos, acidentes com ou sem vítimas), rotinas de controle, formato e periodicidade

de relatórios específicos, etc.

III - Execução de obras: fixar os tipos de materiais e equipamentos aceitos, oportunidade e responsabilidade de inspeção técnica de bens adquiridos, indicação ou descrição de critérios técnicos a serem utilizados para execução de obras de grande, médio ou pequeno porte, etc.

IV - Atendimento aos usuários: definir normas e procedimentos que permitam garantir a eficiência e a cortesia no trato com o público; prazos para atendimento e resposta a solicitações de serviços; informações e reclamações; formato e periodicidade de boletins informativos para distribuição aos usuários e de relatórios destinados ao conhecimento do poder concedente.

Artigo 7º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após aviso prévio, quando:

I - Por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

II - Por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Capítulo III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 8º - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - Exigir a prestação de serviços concedidos em nível adequado, nos termos do artigo 6º desta Lei.

II - Receber do poder concedente e da concessionária informações necessárias quanto aos serviços concedidos, nos termos do § 3º do artigo 6º desta Lei, para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

III - Pagar em dia as contas de tarifa relativas à prestação dos

serviços concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos.

IV - Levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado.

V - Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação dos serviços.

VI - Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais são prestados os serviços.

Capítulo IV

Da Política Tarifária e da Remuneração dos Serviços

Artigo 9º - A remuneração da concessionária será feita pela cobrança de tarifa pelos serviços prestados e por receitas acessórias provenientes dos serviços conexos, definidos pelo poder concedente e relacionados no contrato.

Artigo 10 - A arrecadação tarifária e as receitas acessórias deverão, igualmente, proporcionar a cobertura das despesas de exploração dos serviços e a amortização dos investimentos realizados pela concessionária ao longo do período de concessão.

Artigo 11 - O valor da tarifa a ser cobrada pela prestação dos serviços será aquele ofertado pela proposta vencedora do processo licitatório da concessão, e será preservado pelas regras de reajuste e revisão definidas previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

Artigo 12 - Caso se registre desequilíbrio ou risco iminente de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, por variação de custo da exploração do serviço, a concessionária poderá solicitar, através de documento justificativo, revisão da tarifa praticada.

Parágrafo Único - O poder concedente deverá examinar detalhadamente o documento justificativo de revisão de tarifa encaminhado pela concessionária, solicitar informações adicionais, se julgadas necessárias, e emitir uma decisão em prazo adequado.

Artigo 13 - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais implicará, quando comprovado seu impacto, imediata revisão da tarifa, para valores superiores ou inferiores, conforme o caso.

Artigo 14 - Caso o poder concedente, por razões exclusivas de interesse público, decidir não autorizar atualização da tarifa, deverá encontrar outro meio, na forma da lei, para recompor, imediatamente, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Artigo 15 - É vedado ao poder concedente estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do serviço concedido, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos.

Parágrafo Único - É vedada a alocação de subsídios, pelo poder concedente, a segmentos específicos de usuários do serviço concedido, cuja viabilização dependa de recursos financiados pelo Sistema Nacional de Crédito.

Artigo 16 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Capítulo V

Da Licitação

Artigo 17 - Toda concessão de serviços públicos de abastecimen-

to de água e esgotamento sanitário será sempre precedida de licitação, nos termos da legislação própria e segundo a modalidade de concorrência, com a observância dos princípios de legalidade, moralidade, publicidade, igualdade do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Artigo 18 - O critério de julgamento da licitação será o menor valor da tarifa do serviço a ser prestado.

Parágrafo 1º - O poder concedente recusará propostas manifestamente inexeqüíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

Parágrafo 2º - Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira de capital nacional.

Artigo 19 - Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei de competência do poder concedente e à disposição de todos os concorrentes.

Parágrafo Único - Considerar-se-á também desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

Artigo 20 - A outorga da concessão terá caráter de exclusividade para a concessionária da execução dos serviços, ao longo do período de concessão.

Artigo 21 - Previamente à assinatura do contrato, a proponente vencedora do processo licitatório deverá se constituir em sociedade civil por ações organizada, para a finalidade específica de execução do serviço a ser concedido.

Capítulo VI

Do Contrato de Concessão

Artigo 22 - São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições da prestação de serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços, conforme § 3º do artigo 6º desta Lei;

IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;

V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e fiscalização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária na extinção do contrato;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos bens reversíveis;

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária na extinção do contrato;

XII - às condições para a prorrogação do contrato, que poderá ser feita uma única vez, por prazo, no máximo, igual ao contratado

originalmente, desde que prevista no edital de licitação e que o prazo total, incluída a prorrogação, não exceda cinquenta anos;

XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas, pela concessionária, ao poder concedente;

XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária;

XV - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Parágrafo Único - Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

Artigo 23 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Parágrafo 2º - Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros, a que se refere o parágrafo anterior, reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

Parágrafo 3º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do

serviço concedido.

Artigo 24 - São vedadas:

I - a transferência da concessão;

II - a subconcessão.

Artigo 25- A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará caducidade da concessão.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção da anuência de que trata o *caput* deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço, segundo as condições previstas no edital que regulou a licitação;

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor;

III - assumir todas as obrigações da concessionária.

Artigo 26 - Nos contratos de financiamento, após autorização prévia do poder concedente, as concessionárias poderão oferecer, em garantia, os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização, a qualidade e a continuidade da prestação do serviço.

Capítulo VII

Das Obrigações do Poder Concedente

Artigo 27 - Constituem obrigações do poder concedente:

I - fiscalizar, sob o aspecto técnico, operacional, econômico-financeiro, contábil e legal, a execução dos serviços, incluídas as obras previstas, objeto da concessão, nos termos das normas, critérios e pro-

cedimentos definidos no contrato;

II - cumprir e fazer cumprir as normas, procedimentos e critérios técnicos estabelecidos no contrato de concessão, aplicando, quando for o caso, as penalidades previstas;

III - aprovar os projetos de engenharia das obras a serem executadas pela concessionária e autorizar alterações neles introduzidas, bem como os pareceres e relatórios emitidos por empresas independentes que vierem eventualmente a ser contratadas para a finalidade de acompanhamento e controle tecnológico;

IV - providenciar a expedição dos atos declaratórios de utilidade pública, para os fins das desapropriações que se fizerem necessárias à implantação das estruturas físicas relacionadas ao serviço objeto da concessão;

V - fiscalizar o desempenho da concessionária, através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos;

VI - efetuar indenizações, quando cabíveis, nos casos de caducidade, encampação, anulação, rescisão ou intervenção na concessão;

VII - aprovar as tarifas e preços de serviços conexos a serem cobrados pela concessionária;

VIII - responder, em tempo hábil, as solicitações da concessionária sobre retificação de normas, procedimentos e critérios técnicos constantes do contrato e de revisão das tarifas praticadas pelos serviços e dos preços cobrados cobrados pelos serviços conexos.

Capítulo VIII

Das Obrigações da Concessionária

Artigo 28 - Constituem obrigações da concessionária:

I - acionar todos os recursos à sua disposição, com a finalidade

garantir a adequada prestação do serviço objeto da concessão;

II - conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no contrato, durante todo o período de concessão, de modo que os bens, equipamentos e demais estruturas físicas concedidas estejam permanentemente em perfeito estado de conservação;

III - manter a cortesia na prestação do serviço e fornecer as informações solicitadas pelos usuários, nos termos previstos pelo § 3º do artigo 6º desta Lei;

IV - adotar todas as providências necessárias à garantia do patrimônio concedido;

V - responder pelos métodos utilizados nas diferentes frentes de trabalho, e pela previsão e emprego de equipamentos adequados na execução das obras previstas para o período de concessão;

VI - respeitar, na execução de obras e serviços, as características ambientais da região, e zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas, responsabilizando-se pela obtenção de eventuais licenças e autorizações exigidas na legislação pertinente;

VII - cumprir todas as determinações legais relativas à segurança e medicina do trabalho;

VIII - responder pelo cumprimento das regulamentações vigentes no país, em especial as referentes às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais, securitárias, comerciais, civis, criminais, que se relacionarem direta ou indiretamente com a concessão, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, contratados e prepostos;

IX - responder, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados ao poder concedente ou a terceiros, pela

sua ação, de seus empregados, contratados, prepostos ou fornecedores, ou em decorrência de seus serviços, responsabilizando-se integralmente, por si e por seus sucessores, nos limites definidos no contrato;

X - responsabilizar-se, jurídica e pecuniariamente, perante terceiros, por todos os atos e eventos de sua responsabilidade ocorridos durante o período de vigência do contrato;

XI - cumprir as determinações da fiscalização do poder concedente, no sentido de reparar e refazer, de imediato, os serviços executados com vícios e defeitos, por sua culpa ou de seus contratados;

XII - fornecer ao poder concedente todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao gerenciamento da empresa, franqueando as instalações para vistoria e facultando a realização de auditoria em suas contas;

XIII - efetuar o pagamento das indenizações que vierem a ser necessárias nos casos de desapropriação de áreas destinadas à implantação de estruturas físicas relativas aos serviços concedidos;

XIV - cobrar a tarifa dos usuários pelo serviço prestado, bem como os preços dos serviços conexos executados.

Capítulo IX

Da Intervenção

Artigo 29 - A intervenção será cabível, em caráter excepcional, com o fim exclusivo de assegurar regularidade e adequação na execução do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo 1º - A intervenção far-se-á por ato motivado do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo de inter-

venção, os objetivos e limites da medida.

Parágrafo 2º - Terminando o período de intervenção, que não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, o interventor proporá ao poder público a devolução do serviço à concessionária ou a extinção da concessão.

Parágrafo 3º - Caberá intervenção como medida preliminar à declaração de caducidade, especialmente nos casos de inadimplemento de obrigações financeiras.

Artigo 30º - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, instaurar procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

Parágrafo 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares ou os princípios da administração pública, será declarada a sua invalidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo do seu direito à indenização.

Parágrafo 2º - O procedimento administrativo a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Capítulo X

Da Extinção da Concessão

Artigo 31 - Extingue-se a concessão por:

I - término do prazo;

II - anulação;

III - caducidade;

IV - rescisão amigável ou judicial;

V - encampação ou resgate;

VI - falência ou extinção da empresa concessionária.

Artigo 32 - Extinta a concessão por qualquer motivo, retornam ao poder concedente os direitos e privilégios delegados, com reversão das obras e benfeitorias executadas na vigência do contrato.

Parágrafo 1º - Na hipótese prevista neste artigo, o poder concedente assumirá imediatamente o serviço, e poderá ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos vinculados à sua prestação.

Parágrafo 2º - O poder concedente procederá aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assunção dos serviços, salvo na hipótese de término do prazo contratual ou de encampação, quando estas providências deverão ser adotadas com antecedência.

Parágrafo 3º - A reversão, ao término do prazo contratual, será feita sem indenização, salvo na hipótese de implementação de capital ainda não amortizado, deduzida a depreciação dos bens, proveniente de seu desgaste ou de sua obsolescência.

Artigo 33 - A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação das sanções contratuais ou a declaração de sua caducidade, com sua rescisão unilateral.

Artigo 34 - A caducidade poderá ser declarada, mediante processo administrativo que assegure à concessionária o direito de defesa, nos seguintes casos:

I - inadequação ou deficiência da prestação do serviço, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da

qualidade do serviço;

II - perda ou comprometimento das condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias ao desenvolvimento do contrato;

III - descumprimento das obrigações legais, regulamentares ou contratuais;

IV - paralisação do serviço sem justa causa;

V - inadimplemento das obrigações financeiras pertinentes aos artigos 32, 33 e 34 desta Lei;

VI - não cumprimento, pela concessionária, das penalidades impostas por infrações nos prazos devidos;

VII - não atendimento, pela concessionária, da intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VIII - condenação da concessionária, em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

Parágrafo Único - A caducidade, comprovada a inadimplência, será declarada por ato do poder concedente, independente de indenização prévia calculada no decurso do processo.

Artigo 35 - Declarada a caducidade, caberá ao poder concedente:

I - assumir a execução do objeto do contrato, no local e no estado em que se encontrar;

II - ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos serviços necessários à sua continuidade;

III - reter e executar a garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo poder público;

IV - aplicar penalidades devidas.

Parágrafo 1º - Na hipótese prevista neste artigo, a concessionária

somente fará jus à indenização correspondente aos bens que reverterá ao poder concedente e cujo valor tenha sido alcançado por depreciação ou amortização do ativo, descontado o valor dos danos causados e, quando convier, das obrigações financeiras não satisfeitas.

Parágrafo 2º - Declarada a caducidade, não resultará, para o poder concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações e compromissos com terceiros ou empregados da concessionária.

Artigo 36 - Encampação ou resgate é a rescisão unilateral do contrato, com a imediata retomada do serviço pelo poder concedente, antes do término do prazo de concessão, por motivos de interesse público ou conveniência administrativa, devidamente justificados.

Parágrafo 1º - A iniciativa da encampação é privativa do chefe executivo, devendo seguir a forma de projeto de lei a ser aprovado pelo Poder Legislativo.

Parágrafo 2º - O ato de encampação deve ser seguido de indenização, sendo obrigatória a antecipação de valores provisórios, em termos a serem estabelecidos no contrato.

Artigo 37 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento, pelo poder concedente, de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, respeitado o direito às indenizações.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, o serviço prestado pela concessionária não poderá ser interrompido ou paralisado até a decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 38 - O término antecipado da concessão, resultante de rescisão amigável, será obrigatoriamente precedido de justificação que demonstre o interesse público do distrato, devendo o respectivo docu-

mento conter regras claras e pormenorizadas sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

Capítulo XI

Disposições Finais

Artigo 39 - As concessões de serviços público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no artigo 40.

Parágrafo 1º - Vencido o prazo de concessão, o poder concedente procederá a sua licitação, nos termos desta Lei.

Parágrafo 2º - As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo este que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses nem superior a 60 (sessenta) meses, a contar da publicação desta lei.

Artigo 40 - Ficam extintas todas as concessões de serviços públicos outorgadas sem licitação na vigência da Constituição de 1988.

ANEXO II

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

Dispõe sobre o regime de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em complementação à Lei nº ____ (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Federal, nº 202-F, de 1991).

Artigo 1º - As concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, precedidas ou não da execução de obras públicas, reger-se-ão pelos termos do artigo nº 175 da Constituição Federal, da Lei nº ____ (i.e. Substitutivo 202 - F) desta Lei Complementar, das normas legais pertinentes a licitações públicas, do edital de licitação e das cláusulas dos respectivos contratos.

Artigo 2º - Previamente ao início do processo licitatório, o poder concedente fará publicar lei específica sobre a concessão, definindo objeto, área e forma da prestação dos serviços, prazo contratual e condições para sua prorrogação.

Artigo 3º - Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - Poder concedente:

- o município, quando se tratar de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de interesse local;
- o estado e o Distrito Federal, quando se tratar da concessão de serviços públicos de abastecimento de água e serviços de interesse supralocal.

II - Concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: é a delegação de sua operação, manutenção, expansão e comercialização, precedida ou não de execução de obras necessárias à prestação dos serviços, feitas pelo poder concedente, mediante licitação na modalidade de concorrência, à pessoas jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, remunerada basicamente pela cobrança de tarifa dos usuários.

III - Serviços públicos de abastecimento de água: compreendem a captação de água bruta, tratamento, adução, reservação e distribuição de água tratada.

IV - Serviços públicos de esgotamento sanitário: compreendem a coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos.

Artigo 4º - O poder concedente colocará à disposição dos licitantes os cadastros técnicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes, bem como as informações, os estudos, os levantamentos e os projetos de que dispuser, vinculados ao objeto da concessão.

Artigo 5º - O poder concedente estabelecerá as normas, critérios e procedimentos técnicos para a adequada prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário referentes aos seguintes itens:

I - Qualidade dos produtos : definir os indicadores de regularidade no fornecimento dos serviços, dos seus índices de cobertura, dos indicadores e parâmetros de controle da qualidade da água bruta, da água tratada e da água das redes de distribuição, do efluente coletado e dos efluentes industriais; os procedimentos e a periodicidade das coletas e amostras e das análises laboratoriais, rotinas de limpeza e

desinfecção de linhas, bem como o formato e a periodicidade de relatórios específicos.

II - Operação e manutenção: estabelecer prazos para reparos de vazamentos e indicadores de pressão máxima e mínima admissível em linhas de abastecimento de água; prazos para reparos de vazamentos e desobstruções de condutos de esgotos; programas de manutenção preventiva de instalações e equipamentos, procedimentos em situações de emergência (interrupção de abastecimento, refluxo de esgotos, acidentes com ou sem vítimas), rotinas de controle, formato e periodicidade de relatórios específicos, etc.

III - Execução de obras: fixar os tipos de materiais e equipamentos aceitos, oportunidade e responsabilidade de inspeção técnica de bens adquiridos, indicação ou descrição de critérios técnicos a serem utilizados para execução de obras de grande, médio ou pequeno porte, etc.

IV - Atendimento aos usuários: definir normas e procedimentos que permitam garantir a eficiência e a cortesia no trato com o público, prazos para atendimento e resposta a solicitações de serviços, informações e reclamações, formato e periodicidade de boletins informativos para distribuição aos usuários e de relatórios destinados ao conhecimento do poder concedente.

Artigo 6º - O critério de julgamento da licitação será o menor valor da tarifa do serviço a ser prestado.

Artigo 7º - Previamente à assinatura do contrato, a proponente vencedora do processo licitatório deverá se constituir em sociedade civil por ações organizada, para a finalidade específica de execução do serviço a ser concedido.

Artigo 8º - A outorga da concessão terá caráter de exclusividade em relação à concessionária da execução dos serviços, ao longo do

período de concessão.

Artigo 9º - A remuneração da concessionária será feita pela cobrança de tarifa pelos serviços prestados e por receitas acessórias provenientes dos serviços conexos, definidos pelo poder concedente e relacionados no contrato.

Artigo 10 - É vedado ao poder concedente estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do serviço concedido, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos.

Parágrafo Único - É vedada a alocação de subsídios, pelo poder concedente, a segmentos específicos de usuários do serviço concedido, cuja viabilização dependa de recursos provenientes do Sistema Nacional de Crédito.